

Verena Hitner

DE PUNTO FIJO A CHAVEZ: AVANCES Y CONTINUIDADES EN LA POLÍTICA VENEZOLANA

RESUMEN: El objetivo del trabajo es comprender el proceso de apertura al mercado al final del siglo pasado que llevó en Venezuela a la ascensión del actual gobierno. Se pretende comprender los límites internos del proceso, que además de haber sido el primer país a elegir un candidato crítico al neoliberalismo, la crisis del modelo de apertura económica de la década de los 90 tuvo como consecuencia la crisis del modelo político vigente. La hipótesis del trabajo es que la elección de un candidato con discurso de ruptura con el *status quo* se hace posible en una sociedad como la venezolana, que históricamente tiene una conciencia rentística.

Palabras clave: Punto Fijo, gobierno Chávez, sistema político venezolano.

FROM PUNTO FIJO TO CHAVEZ: PROGRESS AND CONTINUITY IN VENEZUELAN POLITICS

ABSTRACT: This paper aims to discuss the market -opening process in Venezuela at the close of the last century, which was responsible for the ascent to power of the current government. The work intends to understand the internal limits of said process, a process which in addition to leading to Venezuela becoming the first country to elect a president critical of so-called neoliberalism, has had as a consequence of the crisis of the open market economic model of the 1990s the crisis of its political model currently in force. The hypothesis of this work is that the election of candidate with a radical discourse contrary to the *status quo* is possible only in a society like that of Venezuela, which has had a historically *rentistica* conscience.

Keywords: Punto Fijo, Chávez government, Venezuelan political system.

1. Introdução

O trabalho tem por objetivo discutir a crise do modelo político do Punto Fijo, que levou, em 1998, à eleição de Hugo Chávez, com ênfase em três de seus principais fatores: o rentismo, o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico e o esgotamento do modelo político. Sobre o primeiro fator, ressalta-se que esse é um problema estrutural e histórico venezuelano, que dá ao país a sua maior especificidade em relação aos vizinhos sul-americanos que viveram, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, processos mais ou menos semelhantes aos ocorridos na Venezuela, mas que nesse momento deve ser mais cuidadosamente analisado para que se tenha uma melhor visão do significado das políticas que seguiram a crise da dívida. Não se trata de uma discussão sobre as consequências econômicas do rentismo¹, mas sim das consequências sociopolíticas da dependência petroleira, que gera uma consciência rentística.

Sobre o esgotamento do modelo econômico, cabe dizer que é um processo que se inicia no final da década de 1970, mas que ganha força em 1982, com a crise da dívida, que teve como principais efeitos o alto déficit fiscal, grande fluxo de capital saindo ao exterior, decréscimo do PIB, aumento do desemprego e da inflação, a evidência da ineficiência do aparato produtivo e ineficiência do setor público para controlar o gasto.

Em relação ao terceiro fator, o esgotamento do modelo político, discute-se a crise de representatividade dos partidos que começa a surgir no início da década de 1980. Esse esgotamento se expressa em uma crise dos partidos tradicionais e da conciliação das elites, que teve como consequência uma baixa capacidade de reorientar o modelo de desenvolvimento. Além disso, nesse momento, o regime *puntofijista* passou por uma crise de efetividade,

¹ Essa discussão pode ser bem analisada nos textos de Mommer, 1999, Baptista, 1997, Barros, 2007, Severo, 2009.

ou seja, o governo não ganhava eleições², o que demonstra uma grande insatisfação popular. Associado a esses fatos, o esgotamento do modelo político também contava com um fator político cultural forte: havia a percepção de que a Venezuela era um país rico governado por corruptos e que, por isso, os ganhos com o petróleo não chegavam à maior parte da população, o que, provavelmente, se justifica pelo fim da bonança petrolífera. Essa descrença popular por não ter suas expectativas atendidas gerava dificuldade de apoio dos setores mais empobrecidos: pobres, setores médios, mandos militares intermediários e parte da sociedade civil organizada.

Por todos esses motivos, houve uma crise de legitimidade do sistema tradicional *puntofijista*, que se expressou, notadamente, no *Caracazo* (1989), nas tentativas de golpe militar (1992), no surgimento de um multipartidarismo instável depois de quase 40 anos de bipartidarismo e na alta e crescente abstenção eleitoral, que serão tema desse artigo.

2. O rentismo

Historicamente, a Venezuela depende do petróleo. A partir de 1958, com o Pacto de Punto Fijo, a divisão do poder político teve como uma de suas consequências a divisão da renda petroleira entre os agentes centrais do regime (Urbaneja, 2009). A discussão proposta nessa seção é uma tentativa de esclarecer o significado dessa divisão política da renda petroleira. Ou seja, trata-se de uma interpretação das consequências da dependência petroleira para a política nacional.

Em países como a Venezuela, cuja dinâmica econômica é determinada pela exportação de um único produto, se manifesta o chamado rentismo³. De maneira geral, em uma economia rentista, a riqueza não tem relação

2 A exceção a isso foi a segunda vitória do adeco Carlos Andrés Pérez, que sucedeu Jaime Lusinchi, também membro do Partido Acción Democrática.

3 O capitalismo rentístico foi muito bem discutido por Asdrúbal Baptista (1997), que seve de referencia básica para a discussão proposta nesse tópico.

com o trabalho e o aumento da renda não tem a ver com o aumento da produtividade, como acontece na maior parte dos países do mundo e o crescimento do consumo não tem relação com o crescimento da produção interna. Dessa forma, o crescimento do PIB, os gastos governamentais, os salários e as importações não dependem da dinâmica da relação entre capital e trabalho, mas do preço internacional do petróleo naquele momento.

Uma vez que o Estado é o proprietário do recurso petrolífero, ele goza de margens de ação extraordinárias. Uma delas é a distribuição dos recursos. Isso porque a renda petrolífera deve ser entendida como uma transferência de recursos financeiros do exterior para a Venezuela sem contrapartida de esforços produtivos internos. Essa transferência de recursos é apropriada pelo Estado e por ele distribuída. O rentismo, portanto, tem como consequência o aumento da dependência em relação ao produto exportado, aumento da desigualdade estrutural da sociedade e aumento da dependência em relação ao Estado.

A organização do Estado e da política venezuelana devem ser entendidos como reflexos do rentismo. Desde a descoberta do petróleo e de seu uso comercial nos anos 1920 até os anos 1970, o impacto do produto na economia do país era visto como bastante positivo. Apesar da percepção por parte dos atores políticos da necessidade de “semear o petróleo”, a dependência em relação a ele, nesse momento, não era colocada em cheque. Baptista argumenta que, pelo menos entre os anos 1920 e 1960, a distribuição da renda petrolífera e a sobrevalorização da taxa de câmbio beneficiaram a Venezuela, pois impulsionaram o crescimento econômico, incentivaram a expansão do mercado interno e garantiram o acesso fácil às importações de bens de capital e intermediários na etapa inicial do processo de industrialização (Baptista, 2005, p. 100). Entretanto, devido aos seus problemas estruturais, com o tempo, foi diminuindo a capacidade da economia de absorver as divisas internacionais de forma eficiente.

As razões do “capitalismo rentístico” para Asdrúbal Baptista eram o crescente aumento da renda distribuída pelo Estado de maneira desconectada da produção e a má distribuição e aplicação desses recursos

internamente. Uma vez que, nessa estrutura econômica, o dinamismo é ditado pela apropriação de uma renda internacional, a disputa entre as classes sociais pela participação no excedente é uma disputa pelo poder político. Por essa razão, uma vez pactuado entre os partidos políticos um programa mínimo comum⁴, e entre as duas principais classes da sociedade venezuelana um acordo de entendimento e auxílio mútuo⁵, o Estado venezuelano nunca se viu obrigado a pensar mecanismos de conciliação institucional entre as classes.

De acordo com Auty & Gelb (2001) a concentração de renda apenas em um setor favorece a formação de instituições públicas para executar políticas de redistribuição sob formas patrimonialistas, clientelistas ou corporativistas. Para eles, a construção dessas instituições rentistas transforma as relações entre os atores sociais e o Estado de tal modo que uma “cultura social rentista” se impõe. Desta forma, o acesso às benesses das riquezas naturais é determinado predominantemente por troca de favores, o que dificulta a organização autônoma dos setores sociais desfavorecidos e gera uma situação de dependência clientelista.

O modelo de crescimento e acumulação baseado na renda do petróleo garante sua repartição, ainda que desigual, a grande parte dos estratos da população, centralizando no político a tomada de decisões pertinentes para o desenvolvimento de tal modelo; esta função distribuidora da renda petroleira, que gerava lealdades, combinou com o regime democrático como forma de processar consensos e processar acordos entre os atores sociais (Sonntag & Maingon, 1992, p. 83). Desse modo, a sociedade rentista apresenta uma característica patrimonialista, em que é mais satisfatório encontrar uma posição social que permita uma aproximação

4 O programa mínimo comum estava previsto no Pacto de Punto Fijo 31 de outubro de 1958, em seu parágrafo 3º, o qual determinava os princípios de caráter geral aos quais se comprometiam AD, Copei e URD.

5 Pacto de Avenimiento Obrero-Patronal assinado em 24 de abril de 1958 pela Federación Venezolana de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción (FEDECÁMARAS) e pelo Comité Sindical Unificado (CSU).

maior em relação ao Estado do que encontrar uma maneira de aumentar a produtividade do trabalho. O regime *puntofijista* foi, portanto, um sistema de repartição do poder político no qual os partidos tinham um papel central e dividiam, por isso, a renda petroleira entre os atores que julgavam centrais para a estabilidade democrática.

Outro elemento do regime o modo de decisão (Urbaneja, 2009, p. 13), que regia a distribuição das cotas da renda petroleira aos distintos setores e aos distintos objetivos. Desse elemento derivam o que Urbaneja (2009, pp. 13-15) chamou de regras de *Punto Fijo*. De acordo com a primeira regra, a repartição dos recursos provenientes da renda petroleira deveria ser feita de tal forma que nenhum setor significativo⁶ do país sinta que seus direitos estão sendo sistematicamente renegados em benefício de outro setor. A outra regra é a aversão ao conflito, consequência da anterior. Ou seja, o objetivo de tal diretriz era evitar a confrontação com algum setor significativo do país. Tratava-se, portanto, de um mecanismo que o autor sintetizou como “*maximizar o consenso e diminuir o conflito*”. A aplicação dessas duas regras, e a correspondente distribuição dos recursos, refletia os diferentes níveis de importância e de capacidade de pressão que tinham os diferentes grupos da sociedade. Assim, por exemplo, empresários tinham maior participação na renda que trabalhadores, esses participavam mais do que os camponeses e assim sucessivamente. Também os partidos participavam da renda petroleira, por meio de sua presença maciça nos organismos do Estado e pelas práticas clientelistas para atender a seus militantes.

A aplicação de tais regras era possibilitada pela existência do petróleo, que gera uma lógica rentística na sociedade, que extrapola o âmbito econômico. A lógica rentista permeou a história venezuelana desde o início da produção comercial de petróleo na década de 1920 e teve consequências

⁶ Para Urbaneja (2009, p. 14) setores significativos são os “*sectores con un poder real de amenazar la estabilidad política y el proceso de consolidación de la democracia. En especial aquello que demostraron tener tal poder en los años del trienio 45-48*”.

estruturais desastrosas para a política e para a economia do país. A lógica prevaleceu na década de 1950, na assinatura do *Punto Fijo* que estabeleceu o regime político que perdurou por quarenta anos no país; aprofundou-se na década de 1970 com a nacionalização da indústria petrolífera venezuelana, e seguiu ao longo dos anos 1990, até hoje⁷.

3. A crise do modelo de desenvolvimento

A Venezuela, tal como os demais países da região, sobretudo ao longo da década de 1970, optou pelo crescimento via endividamento e em 1982, quando teve início à crise da dívida latino-americana, não ficou imune. Nesse período, a dívida externa venezuelana teve um crescimento de 71,8% ao passar de Bs. 54.533 milhões em 1979, a Bs. 93.661 milhões⁸ em 1983, significando um crescimento médio anual de 13,7%. A maior expansão da dívida ocorreu em 1982, quando cresceu 28,8% (Luongo, 2007, pp. 40-114).

Muitos autores (Baptista, 1997, Mommer, 1998, Barros 2007, Severo, 2009) discutem o problema da falência do capitalismo rentístico ocorrido nesse momento da economia venezuelana. Segundo esses autores, a partir de 1978, a economia venezuelana tornou-se incapaz de absorver a renda do petróleo, o que foi agravado pela adoção de políticas econômicas equivocadas que implicaram a privatização da renda. Apesar de o petróleo e a sua renda terem tido efeitos positivos sobre economia venezuelana e sobre o desenvolvimento industrial até a metade dos anos 1960, a

⁷ Vale frisar mais uma vez que a lógica rentística da sociedade não mudou com a queda do regime de *Punto Fijo*. Trata-se de uma característica estruturante da sociedade venezuelana que, para ser transformada, necessitaria mudanças na construção cultural do imaginário coletivo. Para Baptista (2004, p. 17) esgotamento do modelo rentístico ocorreria a partir do ponto que é inviabilizada a compatibilidade entre a rentabilidade dos investimentos e a manutenção da remuneração dos trabalhadores. Neste momento, a sociedade entraria em estagnação, que apenas poderia ser superada dentro de outro modelo de acumulação. Esse trabalho não tem o objetivo de debater esse assunto; essa seção trata de explicitar o problema da lógica rentística para as relações políticas e estatais do país.

⁸ Não há dados confiáveis sobre o crescimento da dívida em dólares.

sobrevalorização estrutural da moeda a partir do final dos anos 1970 se converteu em obstáculo ao desenvolvimento de um setor exportador não petrolífero, o que aumentou a dependência do país em relação a um único produto e fragilizou a economia nacional. O resultado político disso foi que o petróleo se transformou praticamente na única fonte de receita do Estado, o que dificultou a possibilidade de planejamento estatal e contribuiu para o aprofundamento da lógica rentística e para a instituição do neoliberalismo no país.

Em 1989, na eleição de Carlos Andrés Pérez, a mudança na política econômica se concretizou. Carlos Andrés Pérez foi reeleito com discurso nacionalista, de retorno aos bons tempos da década anterior, mas, já em seu discurso de posse, apareceu uma agenda bem distinta da que o elegera. As regras não eram mais as de satisfazer o maior número de interesses politicamente significativos, mas a de distribuir os recursos da renda petrolífera de modo economicamente mais eficiente.

O programa de governo que tentou colocar em prática, assim como a forma que foi madurado e anunciado ao país, implicava uma mudança no estilo de formulação de política que até aquele momento havia caracterizado o regime *puntofijista*. Passou-se de um estilo de máximo consensualismo para um estilo tecnocrático. Miriam Kornblith (1997, p. 117) argumenta que o programa de ajuste econômico apresentado em discurso de 16 de fevereiro de 1989 pelo recém-eleito presidente Carlos Andrés Pérez e as ações e formulações subsequentes definiram um novo conjunto de regras do jogo para reger as relações políticas, sociais e econômicas da Venezuela. Segundo a autora, se o pacto de *Punto Fijo* foi instrumento fundamental para garantir a consolidação de um regime baseado no reconhecimento da pluralidade de interesses sociais, econômicos e políticos e esse regime deu lugar a um estilo decisório baseado em um sistema de negociação e acomodação de interesses, os anos que sucederam a eleição de Carlos Andrés Pérez colocaram em cheque esse alicerce do modelo *puntofijista*.

Em 16 de fevereiro de 1989, depois de haver criado uma enorme expectativa, o presidente eleito apresentou ao país um programa de

ajuste econômico, o chamado “*paquete económico*”: Foram anunciadas medidas de aplicação imediata e outras de aplicação gradual, em prazos relativamente breves. O programa de ajuste compreendia decisões sobre política cambial, dívida externa, comércio exterior, sistema financeiro, política fiscal, serviços públicos e política social. O anúncio dessas medidas causou reação imediata na população e, entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, aconteceu em Caracas uma enorme manifestação popular, que ficou conhecida como *Caracazo*. A partir desse episódio, algumas crenças básicas sobre as quais estava assentada a ordem democrática instituída em 1958, como que a estabilidade política e social estava assegurada, que os partidos políticos e outras agrupações gremiais eram os únicos e indiscutíveis canais de expressão das aspirações coletivas, que existia na população uma enorme confiança na democracia e sua liderança, sofreram enormes questionamentos.

As consequências econômicas imediatas do pacote foram que ainda no ano de 1989 o PIB caiu 8,3 pontos e a inflação chegou a 80,5%. (BCV, 1990). O gasto total do governo em 1989 caiu 5 pontos em relação ao gasto total de 1981. A renda média da população economicamente ativa do país foi de 7,6 em 1981 para 4,5 em 1990.

O *paquete económico* teve caráter unilateral, já que foi feito de forma alheia aos interesses partidários tradicionais de *Punto Fijo* e sem apoio popular, uma vez que afetava de maneira direta, imediata e quase exclusiva, o nível de vida dos setores empobrecidos e médios da população, além de carecer de medidas que impactassem seletivamente os setores mais ricos.

Em janeiro de 1990 foi apresentado ao Congresso Nacional o VIII Plan de la Nación, conhecido como *Gran Viraje*, formulado na antes mencionada alocução presidencial de fevereiro de 1989. Nesse Plano, o diagnóstico de crise do modelo anterior aparecia de maneira explícita e as medidas de cunho liberal apresentadas no pacote foram mantidas. No Plano, o modelo de desenvolvimento baseado no Estado era visto como ultrapassado na medida em fechava a economia e fazia discriminação

entre os diversos setores produtivos, desprotegendo a capacidade de geração de valor agregado⁹.

O programa continha, em sua formulação original medidas de aplicação imediata e outras de aplicação gradual, mas em prazos relativamente curtos, pensadas tanto como medidas de estabilização macroeconômica como um programa de ajuste estrutural. Como parte importante da crítica em relação ao modelo anterior, o *Gran Viraje* propunha uma nova forma de relacionamento entre Estado e setor privado, assim como uma nova definição do papel e tamanho do Estado e do setor público e do setor privado nacional e estrangeiro. Sobre a nova estratégia de desenvolvimento, argumenta o plano:

La gestión del Estado concentrará sus esfuerzos y sus recursos en lograr el propósito fundamental de una mejor distribución del ingreso. Sin embargo, la verdadera base de una política redistributiva se logrará con niveles de empleo crecientes, creando condiciones materiales y culturales que proporcionen el crecimiento a través de políticas económicas que protejan los equilibrios básicos y produzcan los cambios estructurales en el funcionamiento del aparato productivo (Venezuela, VIII Plan de la Nación, 1990, p. 5, grifo da autora).

Ou seja, a estratégia de desenvolvimento mudou radicalmente ao deixar de considerar a questão social como uma função prioritária do Estado, transformando-a em consequência dos bons resultados das políticas econômicas e da mudança estrutural no funcionamento do setor produtivo. O programa defendia que a única maneira de haver mudança estrutural no

⁹ “La base del modelo de desarrollo sustitutivo fue la protección a ultranza de la industria nacional, lo cual tendió a favorecer la producción de diversos tipos de bienes, incluso de aquellos donde el país no era eficiente. Esta protección se fundamentaba en un manejo discrecional de múltiples instrumentos: aranceles, licencias, prohibiciones y exoneraciones arancelarias, los cuales determinaban los precios internos y con ellos las decisiones de inversión. Al fundamentar la protección en la discrecionalidad de los funcionarios, la estructura de protección tendió a discriminar ampliamente entre los sectores productivos, desprotegendo el valor agregado de aquellos que no tenían la capacidad de influencia suficiente y sobreprotegiendo a unos pocos” (Venezuela, VIII Plan de la Nación, 1990, p. 52).

funcionamento do aparato produtivo é por meio da “*integración política del país a los cambios culturales y tecnológicos universales*” (Venezuela, VIII Plan de la Nación, 1990, p. 6). Para tal, a abertura da economia torna-se questão preeminente.

A industrialização, que no período anterior era pensada como um instrumento de desenvolvimento nacional e que, portanto, antes de exportar, o país deveria produzir mais e melhor a fim de poder desenvolver uma indústria nacional forte capaz de competir nacional e internacionalmente, passa a ser entendida como um processo que deve buscar tecnologia em outras partes do mundo e deixa de ser pensada *desde dentro* e passa a ser vista dentro de um projeto de desenvolvimento *para fora*, ou de competitividade internacional.

Dentro desse projeto, o setor privado teria papel protagônico. Propunha-se “*la expansión acelerada de la inversión privada, que generará un efecto multiplicador de crecimiento económico*” (Venezuela, VIII Plan de la Nación, 1990, p. 10). Desse modo, foi transferido ao setor privado um papel ativo, autônomo e central na economia. Em contrapartida, esperava-se do Estado um incremento de sua produtividade, disciplina fiscal e desregulamentação. Ou seja, a discricionariedade, o protecionismo, a orientação ao mercado interno, a escassa preocupação com os custos, a eficiência e a eficácia foram substituídos pelas leis de mercado, pela competitividade, pela orientação ao mercado internacional, pela seletividade e eficiência no uso dos recursos. O Estado se comprometia a criar as condições mais gerais para garantir esse programa, descomprometendo-se com a necessidade de regulação, intervenção e investimento.

Um importante recurso com que contou o governo para a consecução desse novo modelo de desenvolvimento foi a política de privatização de empresas do Estado. É importante ressaltar, contudo, que o ciclo de privatizações venezuelanas não teve a velocidade do argentino e do chileno e, como no caso brasileiro, não se completou. A PDVSA, por seu tamanho e importância na vida do país, estava no fim da lista das

privatizações, o que não impediu que várias pequenas mudanças fossem tomadas com o objetivo de dismantelar o arcabouço institucional que fora erguido no período da nacionalização (Barros, 2007, p. 92). O *Gran Viraje*, apesar de não questionar o marcos gerais de *Punto Fijo*, dava início a uma reestruturação política e institucional do Estado, que teria, futuramente, consequências que marcariam o fim da *IV República*.

No governo seguinte, de Rafael Caldera, a crise política e econômica vivida pelo país era evidente. Em 1996, a inflação havia chegado a níveis nunca antes vistos na história venezuelana, de 103,9% ao ano e mostrava uma tendência ascendente. Como consequência desse quadro inflacionário o investimento privado foi reduzido, se contraiu o consumo e a taxa de desemprego chegou a 12,4% (BCV, 1996).

Nesse momento, Caldera, que se elegera com um discurso crítico ao modelo neoliberal, repactua com a AD, nomeia Teodoro Petkoff ministro do planejamento e, em comum acordo com o FMI, dá início a um conjunto de medidas econômicas de austeridade, pelo qual se eliminaria o controle de cambio, voltaria à livre conversibilidade do Bolívar, se incrementaria o preço da gasolina, novos impostos seriam decretados, assim como seriam feitas novas privatizações de empresas públicas e a chamada *Apertura Petrolera*, mediante a qual se entregava às companhias estrangeiras o direito de exploração de campos petrolíferos. Argumenta Caldera:

Las definiciones son claras. La Agenda Venezuela ha sido aceptada como una posición propia, adaptadas incluso para las conversaciones con el Fondo Monetario Internacional. Esa Agenda requiere decisiones y estoy dispuesto a tomarlas. Todas son un conjunto. Las que no pueden ser simultáneas serán sucesivas, pero en muy breve lapso (apud Luongo, 2007, p. 481).

O discurso de inevitabilidade das políticas econômicas vindas de fora deixava claro para a população a insustentabilidade desse modelo de democracia, que, mostrava sinais de que independente do grupo que estava no poder, a situação econômica não melhoraria.

4. A crise do modelo político

Essa seção tem por objetivo discutir a crise de representatividade dos partidos que começou a surgir no início da década de 1980. Esse esgotamento se expressou em uma crise dos partidos tradicionais e da conciliação das elites, que teve como consequência uma baixa capacidade de reorientar o modelo de desenvolvimento.

Na década de 1980, havia a percepção por parte dos atores sociais de que o regime político estava dando sinais de crise. Nesse período, ao diminuir a renda petroleira, produziu-se uma redução concomitante da capacidade do Estado de atender as diversas demandas sociais (Kornblith 1997, p. 169). Diferente do que acontecia no passado, cada vez ficava mais difícil assegurar a harmonia social e política por meio da renda do petróleo e da função mediadora do Estado. A consequência foi uma crise no mecanismo de geração de consenso associada a uma crise de representatividade e legitimidade da política tradicional.

No que diz respeito a esse segundo ponto, ressalta-se que tanto no âmbito da prática política como nos princípios jurídicos e constitucionais, os partidos políticos tinham uma posição privilegiada no sistema político venezuelano. Eram organizações policlassistas, de alcance nacional, com estruturas internas hierarquizadas, centralizadas e disciplinadas. Assim, os partidos em *Punto Fijo*, se converteram no principal canal de vinculação entre o Estado e a sociedade civil. As dificuldades econômicas da década de 1980, a implantação de um programa de ajuste econômico em 1989 e os seguidos casos de corrupção envolvendo os partidos e seus líderes, entretanto, levaram ao questionamento da capacidade dos partidos políticos como administradores da coisa pública.

Se nas eleições de 1958, 1963, 1968 e 1973 a abstenção eleitoral foi em média 5,3% da população, nas eleições de 1978 as abstenções alcançaram 12,5% da população, em um país onde o voto era obrigatório e a abstenção era penalizada com sanções. Com o passar dos anos, a apatia eleitoral aumentou, chegando a 39,8% de abstenções dos eleitores nas primeiras

presidenciais com o voto facultativo, em 1993 (Rey, 2009, p. 134). Outro dado que remete à análise da falência do modelo de representação estabelecido em *Punto Fijo* é o aumento no número de partidos que disputam as eleições. O número cresceu nos anos 1980, demonstrando a perda de hegemonia dos partidos tradicionais (Rey, 2009, p. 139).

No que se referem às candidaturas presidenciais, nos seis pleitos que abarcam os trinta primeiros anos, somente os candidatos respaldados por AD e Copei triunfaram nas eleições e somente um candidato sem respaldo desses partidos obteve o segundo lugar¹⁰.

O corte realmente significativo no bipartidarismo, entretanto, ocorreu nas eleições presidenciais de 1993, quando Rafael Caldera, um dos fundadores da Copei e um dos três signatários do pacto de *Punto Fijo*, obteve 30,46% dos votos para presidente encabeçando uma nova legenda, chamada Convergencia. Os partidos tradicionais, que nas eleições de 1988 haviam obtido 92% dos votos, nesse processo eleitoral de 1993 obtiveram apenas 45%. Outro fato que torna essa eleição significativa foi o crescimento da Causa R. Pela primeira vez desde 1968 um candidato de esquerda, como Andrés Velásquez, obteve mais de 20% dos votos. Desde 1973 o terceiro lugar das eleições presidenciais era preenchido por um candidato da esquerda. O que torna essa eleição diferente é o fato de que o candidato da esquerda saltou de 5% do total de votos nas votações em que a esquerda teve os melhores resultados, para 21,95% do total de votos nacionais.

Pode-se dizer, portanto, que as eleições de 1993 representaram a volta de um multipartidarismo instável depois de mais de trinta anos de disputa política entre apenas dois partidos. Rafael Caldera ganhou as eleições, mas, uma vez que a legitimidade do governo e do próprio sistema estavam abaladas, o novo presidente tinha a inglória missão de reorganizar a democracia venezuelana com base em um novo sistema de objetivos e

¹⁰ O vice-almirante Wolfgang Larrazábal, com apoio da URD e do PCV, foi o segundo colocado no pleito de 1958, atrás do adeco Rómulo Betancourt (1959-1964).

com novas regras de decisão. Essa situação de crise por que passava o regime levou o governo a uma política casuística destinada a manter o prestígio de Caldera, entendido, então, como o pilar central da estabilidade política que se tinha e que se queria reconsolidar (Urbaneja, 2009, p. 102). Nesse momento, o que sobrou do regime *puntofijista* eram resíduos do outrora coerente sistema.

Fazia tempo que a ideia de maximizar o consenso pela via de satisfazer a maior gama possível de interesses significativos, por meio de um sistema decisório armado para isso, havia perdido vigência. A crise política, portanto, contribuiu para a queda do sistema *puntofijista* e, em 1998, foi possível, pela primeira vez, em quarenta anos, a eleição de um outsider, que propunha mudanças institucionais e políticas com o fim de refundar a república.

5. Considerações finais

A eleição de um candidato com discurso radical de ruptura com o *status quo* foi possível em uma sociedade como a venezuelana, que, historicamente, tem uma consciência rentista, responsável por retirar do Estado a necessidade de interiorizar o capital e o trabalho em sua estrutura. Essa característica da política venezuelana, associada à perda de legitimidade política e econômica do modelo de *Punto Fijo* permitiu a ascensão de Chávez.

A Venezuela apresenta distorções entre os setores econômicos mais acentuados do que o padrão da América do Sul. Por ser um país petroleiro, consegue, em vários momentos, ampliar consideravelmente seu excedente. Esse aumento do excedente, porém, não advém do aprofundamento, no tempo e no espaço, da divisão social do trabalho. Desta maneira, o excedente não viabiliza a acumulação e asfixia as possibilidades de desenvolvimento da sociedade, embora sirva para ampliar o acesso a novos padrões de consumo. O responsável por esta asfixia é a característica rentística do capitalismo venezuelano, que se apresenta tanto na esfera econômica, como na esfera sócio-política,

criando uma consciência rentística que perpassa a história do país desde a descoberta do *ouro negro* até os dias de hoje.

O Pacto de *Punto Fijo* foi um sistema que garantiu a repartição do poder político entre os três principais partidos da época e da renda petroleira entre os diversos setores da sociedade. A construção de instituições societárias rentistas transforma as relações entre os atores sociais e o Estado de tal modo que uma “cultura social rentista” se impõe. Desta forma, o acesso às benesses das riquezas naturais é determinado predominantemente por troca de favores, o que dificulta a organização autônoma dos setores sociais desfavorecidos e gera uma situação de dependência clientelista.

O final da década de 1970 marca o início da crise desse modelo rentista. Por um lado, começam a surgir iniciativas políticas, especialmente governamentais, que tendem a ignorar os mecanismos e instâncias de negociação institucionalizada em *Punto Fijo*. Por outro, a partir de 1978 a economia venezuelana tornou-se incapaz de absorver a renda do petróleo, o que foi agravado pela adoção de políticas econômicas que implicaram, entre outras coisas, na política de *apertura petrolera*.

Os programas de ajuste neoliberal implantados na América Latina, fruto das medidas apresentadas à região pelos organismos internacionais para conter os efeitos da crise da dívida externa davam prioridade ao problema econômico, deixando para segundo plano os efeitos sociais das políticas aplicadas. Entre outras consequências, ficava evidente que os custos da crise não seriam repartidos entre os distintos setores sociais uma vez que o impacto da crise recaiu fundamentalmente nas classes mais vulneráveis da sociedade. Nos anos 1990, de uma estratégia voltada ao crescimento das exportações, desvalorização cambial e compressão das importações (responsável pela estagnação e inflação dos anos 1980), passou-se a uma estratégia voltada à obtenção de crescentes fluxos de capitais externos de forma a deslocar a restrição externa, controlar a inflação e integrar os mercados financeiros domésticos aos circuitos financeiros internacionais.

A Venezuela, por ter optado na década de 1970 pelo crescimento via endividamento, tal qual fizeram os outros países da região, também sofreu com a crise da dívida, sendo, como a maioria dos países da região, obrigada a recorrer ao auxílio financeiro do Fundo Monetário Internacional. Essa conjuntura garantiu que na década seguinte o país tivesse uma orientação econômica muito similar à dos demais países da região.

Para a Venezuela, o período que se iniciou em 1989 foi caracterizado pela inter-relação de uma crise global, que atingiu também o país com os efeitos da implantação de uma política de ajuste macroeconômico e de conversão de uma economia mista, com elevada influência do Estado, em uma economia liberal de mercado. Ou seja, o programa econômico implantado na Venezuela por Carlos Andrés Pérez no seu segundo mandato e continuado na segunda gestão de Rafael Caldera foi responsável pela diminuição da força do Estado na economia venezuelana. A diminuição do Estado era defendida como sendo a única solução possível para diminuir a dependência petrolífera. O que se verificou, entretanto, foi que, apesar da diminuição da força estatal, não houve diminuição da dependência petrolífera.

A especificidade da falência desse modelo na Venezuela advém do fato de que junto com a crise econômica, se explicita uma crise política em um país no qual por quarenta anos existiu uma democracia representativa mais ou menos estável. Esse era um componente importante que distinguia o processo venezuelano dos demais ocorridos na América Latina. Enquanto na maioria dos países da região a maior abertura econômica foi acompanhada pela abertura política, uma vez que os países saíam de anos de ditadura, na Venezuela, o liberalismo ocorreu em um regime político aparentemente estável e foi implantado por dois dos principais líderes políticos do passado, que além de terem sido importantes figuras na elaboração do pacto político de *Punto Fijo*, também tinham sido presidentes defensores do modelo anterior de predomínio do Estado sobre a economia. Na verdade, Carlos Andrés Pérez, responsável pela verdadeira virada ao neoliberalismo, havia sido, no passado, o presidente da época de ouro do modelo nacional-desenvolvimentista venezuelano (1974-1978).

A transição venezuelana para o neoliberalismo aponta não apenas para a desconexão entre a população e o governo, como para a crise do sistema partidário, que já não era capaz de oferecer alternativas concretas à população. Além do *Caracazo*, outro desafio ao governo Pérez foi a tentativa de golpe em 4 de fevereiro de 1992 liderada pelo coronel Hugo Chávez. Apesar de fracassado o golpe, ficou nítido o apoio popular a qualquer tentativa de retirar o presidente Carlos Andrés Pérez do poder. O segundo governo de Andrés Pérez, como já prenunciava a estreia com o *Caracazo* em 1989, foi um fracasso, sendo o presidente deposto por acusações de corrupção em 1993.

O segundo governo Caldera enfrentou grandes dificuldades para superar a crise econômica herdada do governo anterior, e ao buscar o apoio do FMI, Caldera formaliza a opção pelo ajuste estrutural, opondo-se ao que havia defendido na campanha eleitoral. A abertura petrolífera acabou por criar um “estado dentro do estado”, na medida em que a empresa tornou-se autônoma e grande competidora do Estado Nacional. Com a abertura, o Estado venezuelano perdeu sua principal fonte de ingresso e, portanto, sua possibilidade de fazer política distributiva. Além disso, o ideário neoliberal foi utilizado pelo governo de Andrés Pérez para substituir a antiga burocracia estatal por uma nova, técnica. Esse processo gerou uma crise política no governo e no país, pois foi responsável por terminar de destruir os mecanismos de construção de consenso que eram a base do modelo político *puntofijista*. Por fim, o fato de os governos terem apresentado os ajustes econômicos como a única alternativa possível de política econômica para o país gerou uma descrença popular na democracia. Ou seja, uma vez que o programa econômico vem de fora e é inevitável, a disputa política torna-se mera disputa por estar no poder, não podendo o presidente exercer a política para a qual ele fora eleito. Essa percepção ficou evidente no governo de Carlos Andrés Pérez e foi reforçada no segundo governo de Caldera.

No governo, Caldera anistiou os militares que protagonizaram o golpe contra o governo Pérez. Libertado, o coronel Hugo Chávez organizou a oposição ao governo Caldera e iniciou a preparação para as eleições de

1998. A vitória de Hugo Chávez expressou o fracasso do governo Caldera, a insatisfação popular com a crise econômica gerada pela adoção das políticas neoliberais, e o colapso do pacto político que sustentava o Estado venezuelano desde 1958. O desafio que se colocou para o governo Chávez foi o de transformar um sistema político, que desde o fim da ditadura em 1958 viveu eleições periódicas, mas que não comportava a participação popular ativa na política e no Estado, em uma democracia participativa. Além disso, cabia ao novo governo renovar a estrutura econômica do país a fim de que a grande massa da população venezuelana se beneficiasse dos frutos da economia petrolífera e ao mesmo tempo diversificar a economia do país. Era o fim da democracia bipartidária. Surge, então, o que Chávez chamou de V República.

Referencias

- Auty, G.M, & GelB, A. H., Political Economy of Resource Abundant States, In: *Resource Abundance and Economic Development*, 2001, Oxford: Oxford University Press, 2001
- Baptista, Asdrúbal, “El capitalismo rentístico: bases cuantitativas de la economía venezolana” In: *Cuadernos del CENDES*, año 22, N° 60, tercera época, sep.-dec. 2005, Caracas: UCV, pp. 95-111.
- Baptista, Asdrúbal, *Teoría Económica del Capitalismo Rentístico: economía, petróleo, renta*. Caracas: Ediciones IESA, 1997.
- Barros, Pedro S., *Gobierno Chávez e Desenvolvimento: a política econômica em processo*. São Paulo, 161 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- BCV, *Informes Anuales del Banco Central* (vários anos). Disponível em <http://www.bcv.org.ve/c1/Publicaciones.asp?Codigo=91&Operacion=2&Sec=True>
- Kornblith, Miriam. *Venezuela en los 90: las crisis de la democracia*. Caracas: Ediciones IESA & UCV, 1997.

- Luongo, Luis José da Silva. *De Cipriano Castro a Carlos Andrés Pérez (1899-1979): hechos, vivencias y apreciaciones*. Caracas: Monte Ávila, 2000.
- Mommer, Bernard. *The new governance of Venezuelan Oil*, Oxford: Institute for Energy Studies, 1998. Disponible em: <http://www.oxfordenergy.org/pdfs/WPM23.pdf>. Capturado em 10/01/2010.
- Rey, Juan Carlos, “El sistema de partidos venezolano, 1830-1999” In: *Temas de formación sociopolítica*, N° 16-36, Caracas: Fundación Centro Gumilla e UCAB, 2009.
- Severo, L. Wexell, *Economía venezolana (1899-2008): La lucha por el petróleo y la emancipación*, Caracas: Fundación editorial El Perro y la rana, serie Pensamiento Social, 2009.
- Sonntag, Heinz R & Maingon, Thaís. *Venezuela: 4-F 1992. Un Análisis Sociopolítico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1992.
- Urbaneja, D. Bautista, “La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días”. In: *Temas de formación sociopolítica*, N° 7, Caracas: Fundación Centro Gumilla e UCAB, 2009.
- Venezuela, Oficina Central de Coordinación y Planificación. *El gran viraje. Lineamientos generales del VIII Plan de la Nación*, Caracas: Cordiplan, 1990.